

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

KHAMYLLA SILVÉRIO GOMES HILÁRIO

EUGENIA: INFLUÊNCIAS E PRÁTICAS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

**UBERLÂNDIA
2019**

KHAMYLLA SILVÉRIO GOMES HILÁRIO

EUGENIA:

INFLUÊNCIAS E PRÁTICAS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Monografia apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

**Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Lopes
Petean**

UBERLÂNDIA

2019

Eugenia:
Influências e Práticas na Sociedade Brasileira

Monografia apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Banca de Avaliação:

Prof. Dr. Antônio Carlos Lopes Petean–
UFU Orientador

Prof. Dra. Claudia Wolff Swatowski –
UFU Membro

Prof. Dr. Luciano Senna Peres Barbosa
– UFU Membro

RESUMO

O presente artigo traz uma revisão bibliográfica e discussão teórica acerca do conceito de eugenia e de suas formas assumidas no contexto científico brasileiro influenciando as práticas dos diversos âmbitos – da medicina, psiquiatria, educação etc. – da sociedade. Será verificado como os preceitos eugênicos foram apropriados não só pela academia mas também por outros setores da sociedade e serviram como ferramenta para a perpetuação de uma estrutura racista que, desde seu início, relega os negros e negras às posições mais inferiores e estigmatizadas em seus sistemas de funcionamento. Além disso, foram analisadas matérias do jornal “Diário da Manhã”, de Ribeirão Preto de modo a explicitar ações da polícia pautadas pela Eugenia.

PALAVRAS-CHAVE: Eugenia; Saneamento Social; Preconceito; Racismo.

ABSTRACT

This article brings a bibliographic review and theoretical discussion about the concept of Eugenia and its forms assumed on the scientific context in Brazil influencing the actions of diverse fields of the society, such as medicine, psychiatry, education, etc. It will be verified how the eugenic efforts were acquired not only by the scientific academy but also by several sectors of society and were used as tool to perpetuate a racist structure that, since its own beginning, leaves the black people to the most inferior and stigmatized positions in the system. Also, articles from the newspaper “Diario da Manhã” from the Brazilian city Ribeirão Preto were analyzed to explain some police actions dictated by Eugenia.

KEYWORDS: Eugenia; Social Sanitation; Prejudice; Racism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
O CONCEITO DE EUGENIA	10
EUGENIA NO BRASIL.....	13
PSIQUIATRIA E EUGENIA	14
A SOCIEDADE EUGENICA DE SÃO PAULO	16
A LIGA BRASILEIRA DE HYGIENE MENTAL.....	17
EUGENIA E EDUCAÇÃO	19
EUGENIA E RACISMO NO IMAGINÁRIO SOCIAL BRASILEIRO	21
O RACISMO CONTRA AS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA.....	26
A CRIMINALIZAÇÃO DE RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA REPORTADA	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS.....	34

INTRODUÇÃO

A história da constituição da nação brasileira inicia-se a partir de um sistema econômico-social pautado pelo colonialismo e escravidão. Embora tenha superado esse sistema há mais de um século, seus rastros e marcas podem ser encontrados até hoje na organização social do Brasil. A subjugação dos negros africanos – trazidos para cá para o trabalho forçado – como mercadoria e máquinas de trabalho braçal inicia uma jornada de racismo que impregnou-se em todos os possíveis âmbitos da sociedade e sobrevive até hoje.

Diante do retrato de uma nação que embora seja em seu âmago diversificada – de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016, divulgada em 2017 pelo IBGE, 46,7% (95,9 milhões de pessoas) da população se declarava parda e 8,2% (16,8 milhões de pessoas) se declararam como de cor preta¹ – mantém uma estrutura que permite e justifica diversas formas de racismo desde as mais sutis até as mais explícitas, cabe perguntarmos como e por que o racismo perpetua em nossa sociedade moldando sua estrutura econômica e social.

Como será mostrado no texto, o pensamento científico desempenhou importante papel na constituição do imaginário social brasileiro. Seguindo os passos da ciência europeia, conceitos foram tomados e adaptados de forma a justificar práticas obedecendo à ordem e interesses de uma elite que não representava (e ainda não representa) a maioria da população brasileira.

Foi assim com o conceito de Eugenia que, de acordo com seu criador Francis Galton, seria o estudo de aspectos físicos e mentais que poderiam piorar ou melhorar a raça humana. Para os europeus, a miscigenação seria um dos fatores negativos que impediria o desenvolvimento de uma sociedade completamente saudável. Em um contexto de preocupação com a constituição da nova nação brasileira, os preceitos eugênicos combinados com a higienização e sanitização serviram como ferramenta de análise da sociedade e de práticas para atingir um nível “superior” de nação bem desenvolvida e saudável.

¹CAMPOS, Ana Cristina. População brasileira é formada basicamente de pardos e brancos, mostra IBGE. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-11/populacao-brasileira-e-formada-basicamente-de-pardos-e-brancos-mostra-ibge>>. Acesso em: 30 jun. 2019

A relevância do tema fica clara quando considera-se as atrocidades cometidas no passado e ainda hoje em nome do preconceito racial. Entender de onde veio esse preconceito pode ajudar na sua desconstrução trazendo uma compreensão e talvez uma mudança nas ações daqueles que ainda encontram justificativas para tal. Pode-se ainda trazer uma influência sobre o modo como são pensadas as instituições da sociedade, reestruturando-as e progressivamente eliminando o preconceito de sua constituição. A relevância da pesquisa também se mostra ao observar o fato da grande influência da Eugenia nas instituições que ocuparam-se da formação da nação.

O objetivo deste trabalho é explicitar como o conceito de Eugenia foi captado e utilizado pela ciência brasileira de forma a estruturar o funcionamento de outras instituições da sociedade deixando rastros no imaginário social que podem ser encontrados até hoje. Para tanto, foi feita uma breve revisão bibliográfica do conceito e a sua influência na educação e nas ações médicas e psiquiátricas, além de outras instituições sociais. A análise de três matérias do jornal “Diário da Manhã”, de Ribeirão Preto, mostrará ações da polícia pautadas nos preceitos eugênicos.

O CONCEITO DE EUGENIA

Na história da humanidade a segregação é uma construção social que existe desde o início da sociedade. A prática da eugenia, por exemplo, é encontrada na Grécia Antiga, onde houve um estímulo e preferência para mulheres robustas para geração dos filhos e, simultaneamente, crianças nascidas com deficiências eram atiradas ao alto do Taygeto (Mai e Angerami, 2006).

Mas foi Francis Galton, em 1869, em seu livro *Hereditary Genius*, que cunhou o termo eugenia a partir dos conhecimentos sobre Malthus, Lamarck, Darwin e dos ideais ingleses da época, transformando uma segregação em uma limpeza racial. Para Galton Eugenia seria o “estudo dos fatores físicos e mentais socialmente controláveis, que poderiam alterar para pior ou para melhor as qualidades racionais, visando o bem-estar da espécie” (apud, MAI e ANGERAMI, 2006).

Partindo de métodos estatísticos e da matemática, Galton procurou dar uma visão científica sobre as diferenças entre as classes, validando assim o argumento da segregação. Através da Teoria Pangenética, elaborada por Charles Darwin, fundamentou-se teoricamente uma explicação para as diferenças raciais. Tal teoria sustentou que os caracteres adquiridos por uma geração seriam transmitidos para as seguintes e, assim, Galton cunhou o termo para tratar da melhoria das raças, ressaltando que quanto mais pura a raça, mais forte e melhor ela seria. O erro de Galton, porém, foi ignorar as diferenças de condições materiais concretas para em que o indivíduo se desenvolve. (Mai e Angerami, 2006).

Com a esperança de melhorar e aperfeiçoar o ser humano por meio de um controle reprodutivo, sistematizou-se a Eugenia baseada em argumentos científicos; assim houve, portanto, um interesse em utilizar meios científicos em prol da saúde e da constituição das futuras gerações física e mentalmente saudáveis. Com esse pensamento, a Eugenia assume um papel cruel e condenável, sendo a justificativa para desumanidades e violências, como podemos presenciar até nos dias atuais.

A eugenização pode ser encarada, então, como uma genetização institucionalizada ao representar respostas políticas e institucionais das sociedades que querem implementar meios para resolver temores genéticos reais ou não. O apuramento de um determinismo neurogenético e a explosão de uma genética com técnicas neurocientíficas declararam uma capacidade preocupante de explicar tudo por meio dos genes, até mesmo a violência urbana e a orientação sexual. (MAI e ANGERAMI, 2006).

Assim, as classes pobres se tornaram uma ameaça à ordem dentro da sociedade. Diante da precária condição de vida e de saúde da maior parte da sociedade inglesa da época, o controle reprodutivo sobre as classes menos abastadas tornou-se, então, a principal estratégia dos eugenistas. O tipo ideal pré estabelecido por esses eugenistas, não era compatível com a pobreza e a multiparidade, características que, a partir daí, passaram a ser considerados fatores hereditários.

Em síntese, além de proporcionar incentivo e impulso aos cuidados reprodutivos, a configuração do movimento eugenista baseou-se em um conceito biológico de raça superior ou inferior, discriminou determinados indivíduos a partir da configuração de um ideal de homem, utilizando-se de argumentos tidos como científicos para tal, e interpretou condições de vida, resultantes da forma de organização social, como sendo consequências da hereditariedade dos indivíduos. (MAI, ANGERAMI, 2006, p.254)

Para Christiane Gioppo (1996) a Eugenia se caracteriza como uma segregação racial em seu tratamento mais científico. Com a cunhagem do termo no século XIX e a teorização científica criada em cima dele, a Eugenia se disseminou por meio de aparatos legais e passou a orientar e controlar os considerados menos capazes dentro da sociedade, sendo esses os pertencentes às classes trabalhadoras.

Assim, Gioppo (1996) aponta que para se “cultivar os bons espécimes” para o trabalho, por meio das regras mendelianas da hereditariedade, o caminho a ser seguido seria o do melhoramento genético, o “recurso eugênico”, que se baseava na multiplicação das famílias eugênicas e na limitação das não eugênicas. Para tanto, precisava-se colocar em prática ações de Eugenia que se divide entre positiva e negativa.

A Eugenia positiva propiciava a seleção por meio dos casamentos, estimulando a procriação dos casais que eram considerados aptos para este fim. Com essa seleção matrimonial, a seleção de boas linhagens hereditárias alcançariam um tipo eugênico, uma “synthese feliz de qualidades superiores de temperamento e de inteligências” (MAI e ANGERAMI, 2006, p.254) resultando no nascimento de crianças perfeitas e saudáveis. Então, a Eugenia positiva propagava uma educação eugênica, saneamento básico, cuidados com nutrição e atividade física, assistência pré-natal, controle e tratamento de doenças. Já a Eugenia

negativa pretendia diminuir o número de pessoas não-eugênicas ou disgênicas, limitando o casamento e a procriação dessas pessoas. (MAI e ANGERAMI, 2006).

Assim, recomendava-se controle governamental sobre o casamento e a reprodução exigindo exames pré-nupciais e genéticos. Defendia-se o aborto eugênico, o controle do alcoolismo, das doenças venéreas e o controle de políticas imigratórias para o país, e discutia-se, também, a segregação e esterilização de doentes mentais e outros considerados degenerados. (MAI e ANGERAMI, 2006).

A respeito da influência da eugenia na organização do trabalho, Gioppo (1996) afirma que os conhecimentos elencados pela classe científica eugenista foram importantes para a construção de um operariado padrão para as fábricas. O modelo de fábrica higiênica tinha como projeto um regime de disciplinarização que transformou o espaço de produção em um espaço atraente e agradável para o funcionário. A partir disso, foram construídas vilas operárias perto das fábricas, para que não houvesse atrasos e para que a absorção do higienismo pudesse ser completa de forma sutil. Buscando seu melhor aproveitamento, as ações também eram dirigidas às famílias dos funcionários pois:

(...) a mudança de postura é uma mudança completa de modos e visão de vida: uma engenhosidade para penetrar na casa e na família do operário. As formas de ação eram fundamentais e deveriam inspirar confiança e oferecer vantagens a toda a família. Mulheres e crianças também deveriam ser adestradas, vislumbrando-se para tais criaturas perspectivas futuras de trabalho e melhoria de vida. (GIOPPO, 1996, p. 170)

Estratégia disciplinar suave e sutil de adestramento dos corpos e do espírito, a terapia do trabalho visava manter os menores ocupados o tempo todo: (...) nas instituições assistenciais ou nos patronatos e orfanatos, no caso dos pobres. Tratava-se de fixar as crianças e, conseqüentemente, toda a família no interior da habitação e impedir que se organizassem atividades fora da intimidade doméstica. (RAGO, 1987, p. 122-23, apud GIOPPO, 1996, p. 170)

Assim, podemos ver como o processo de higienização disciplinava o trabalhador para que ele alcançasse maior produção e como havia o isolamento do pobre em certas áreas da cidade (nas vilas operárias), separando-os da elite. Desta forma, a elite se atraía a esses ideais eugênicos que buscavam ordem e progresso.

EUGENIA NO BRASIL

A historiadora Nancy Leys Stepan (2004) se debruçou sobre a relação do Brasil com a Eugenia. A autora aponta que pelo seu clima tropical e sua população mestiça, o Brasil seria tudo que os europeus consideravam, e consideram até hoje, como disgênico. Mas isso não deixou o país fora do movimento eugênico. Em 1870, os jornais das Faculdades de Medicina já pregavam uma medicina higienista para a sociedade brasileira, porém, a população ainda não tinha contato com essa discussão, ela se restringia aos círculos acadêmicos da medicina, onde a Eugenia passou a ser difundida, sendo substituída pela palavra higienização.

Renato Ferraz Kehl começou a organizar reuniões (1917) com médicos para discutir a ciência eugênica de Francis Galton, e com isso a primeira sociedade eugênica brasileira foi fundada em 1918, no fim da Primeira Guerra Mundial. Foram quatro assuntos da história brasileira que foram importantes para a ascensão da eugenia no país. (STEPAN, 2004)

O primeiro foi a entrada do Brasil na Primeira Guerra, pois com isso a normatização de controle, ordem, disciplina, competências e capacidades raciais se tornaram essenciais para as elites brasileiras. Dessa forma, o patriotismo e a reivindicação de um Brasil mais presente nos assuntos internacionais se uniram a um ideal eugênico. O segundo foi a miséria e falta de saúde de grande parte da população brasileira em 1920, sendo esses maioria negra e mulata. O terceiro foi a situação da ciência brasileira da época. Diferente da Eugenia da Grã-Bretanha, que girava em torno da genética mendeliana, a pesquisa científica no Brasil era escassa, sendo restringida às escolas de medicina da época. Assim, o país era apenas um consumidor, e não um produtor de ciência. O quarto fator é devido à situação racial do país, uma nação racialmente híbrida de indígenas, africanos e europeus. Para os europeus, esses cruzamentos raciais produziram um povo degenerado, instável e incapaz de progredir. (STEPAN, 2004)

Porém, como aponta Stepan (2004), a Eugenia brasileira se distingue científica e ideologicamente da Eugenia nazista, norte americana e britânica, consideradas mendelianas. A variante brasileira, a que se espalhou por toda a América Latina, derivava das concepções neolamarckianas.

Aparentemente os brasileiros interpretam a palavra [eugenia] de forma menos estrita que nós e fazem-na cobrir muitas coisas que chamaríamos higiene e sexologia elementar (sic); e não se traça uma distinção muito clara entre condições congênitas devidas a acidentes pré-natais e doenças estritamente genéticas. (TROUNSON, 1931, apud, STEPAN, 2004, p.345)

Conflitos familiares, educação sexual e exames e atestados pré-nupciais parecem ser os assuntos que mais interessam aos eugenistas brasileiros, enquanto a genética e a seleção natural e social são bastante negligenciadas. A abordagem é mais sociológica que biológica (TROUNSON, 1931, apud, STEPAN, 2004, p.345)

A ciência brasileira vem da ciência francesa e no desenvolvimento dos preceitos eugênicos não houve exceção. Na primeira reunião da Sociedade Eugênica de São Paulo, a sociedade francesa foi tomada como modelo organizacional. O estilo neolamarckiano era coerente com a moralidade tradicional da sociedade brasileira, tendo a possibilidade de regeneração, se encaixando na doutrina católica pregada na sociedade, onde a pobreza, as doenças e o alcoolismo eram vistos tanto como condições sociais como escolhas morais.

PSIQUIATRIA E EUGENIA

A autora Pietra Diwan (2007) aponta que apesar de Renato Kehl ser o grande difusor dos ideais eugenistas pelo Brasil, o racismo e as teorias sobre a degeneração racial já estavam no ideário dos intelectuais e médicos da época, trazidas tanto pelas viagens e contato da elite com a Europa quanto pelo contato com intelectuais estrangeiros. Franceses, alemães, ingleses e norte-americanos vieram ao Brasil em expedições científicas com o intuito de registrar a natureza tropical (fauna, flora e homem) do país e acabaram relatando a diversidade étnica dos povos. Esses intelectuais viam a miscigenação como a grande vilã já que a “promiscuidade racial” dos povos brasileiros tornariam impossível o progresso do país.

Para os viajantes que se preocuparam com tais estudos e descrições, os negros e mestiços aqui viviam em situações promíscuas e de vadiagem que representavam a causa do atraso país, já que para eles o progresso só poderia vir das sociedades “puras”. Assim,

A miscigenação seria, portanto, um fator antievolutivo, subvertendo as ideias do biólogo Charles Darwin. Para eles, a hibridização resultava sempre na permanência do gene mais fraco, menos apto e na potencialização dos defeitos e imperfeições, gerações após gerações. (Diwan, 2007, p. 89).

Com as concepções dos europeus acerca do empecilho do desenvolvimento do Brasil a intelectualidade brasileira percebeu a necessidade de criar-se uma concepção sobre o Brasil. Com inspiração em Augusto Comte e sua ideia de sociedade organicista, buscavam sempre o melhor funcionamento da sociedade baseado na racionalidade e, portanto, a partir de uma visão “laica, disciplinar e anticlerical”. Essa concepção é perceptível na frase “Ordem e Progresso” que até hoje (2019) estampa a bandeira nacional. (DIWAN, 2007)

Na Faculdade de Medicina de Salvador (a primeira do país), é notável a existência do grupo “Escola Nina Rodrigues” que, com inspiração no autor Raimundo Nina Rodrigues (que também acreditava na ideia de raça pura e na inferioridade da raça negra), afirmavam ser a miscigenação a causa do não-progresso do Brasil, já que seria ela a causadora da loucura, da criminalidade e da doença. Assim, Observa Diwan:

(...) para os médicos e sanitaristas, uma coisa era certa: a emergência em curar um país enfermo. Para tornar nosso Estado saudável, seria necessário extirpar todos os resquícios de nossa miscigenação. Civilizar nossa herança indígena, roubada pelos portugueses, e branquear nossa herança negra, desprezada após a abolição da escravidão, em 1888. (Diwan, 2007, p. 92)

É nesse contexto que surgem as importantes instituições e movimentos que marcam a trajetória inicial da Psiquiatria no Brasil e moldam o seu modo de pensar a sociedade e agir sobre ela.

A SOCIEDADE EUGENICA DE SÃO PAULO

Para a elite intelectual essa condição “doente” da sociedade da brasileira demandava que se buscasse uma cura para os males que impediam seu desenvolvimento enquanto nação. Diwan (2007) observa, assim, o nascimento de um projeto de sociedade para o século XX que deveria, lenta e gradualmente, transitar para uma condição mais “saudável”.

Em uma conferência intitulada “Eugenia” datada de 13 de abril de 1917, o médico Renato Kehl discursou sobre a “nova ciência” e seus benefícios para a sociedade na criação de uma “nova era” mais saudável e com prevalência da vida sobre a morte. Esse contexto intelectual e a fala de Renato Kehl impulsionaram a fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo (SESP). (DIWAN, 2007)

Com o número de 140 associados – entre eles médicos e personagens de outros setores da sociedade que se interessavam pela discussão da nacionalidade através de um olhar que priorizava questões biológicas e sociais – sua fundação é datada de 15 de Janeiro de 1918 e foi comemorada e destacada pela imprensa e periódicos. Na época, era primeira associação do tipo a ser criada. Seu corpo administrativo era composto por: Arnaldo Vieira de Carvalho (presidente); Olegário de Moura (vice-presidente); Renato Kehl (secretário geral); T. H. de Alvarenga e Xavier da Silveira (segundos secretários); Argemiro Siqueira (tesoureiro arquivista); Arthur Neiva, Franco da Rocha e Rubião Meira (conselho consultivo). (DIWAN, 2007)

Para Diwan (2007), a importância da Sesp no contexto da discussão e adoção dos preceitos eugenicos no Brasil se dá na medida em que sua fundação e grande repercussão positiva na imprensa marcaram a difusão e consolidação desse saber na esfera pública. Parte de suas reuniões acompanhadas de pronunciamentos de seus associados eram noticiados em jornais de grande circulação, o que gerou a repercussão e credibilidade dos preceitos eugênicos entre a população – já que esses jornais eram lidos por vários setores da sociedade – e não só pela elite.

O estatuto que explicitava seus objetivos foi publicado nos Annaes de Eugenia:

estudar as leis da hereditariedade; a regulamentação do meretrício, dos casamentos e da imigração; as técnicas da esterilização; o exame pré-nupcial; a divulgação da eugenia e o estudo e aplicação das questões relativas à influência do meio, do estado econômico, da legislação, dos costumes, do valor das gerações sucessivas e sobre aptidões físicas, intelectuais e morais. (Diwan, 2007, p. 100)

Foi a partir da publicação dos Annaes de Eugenia, em 1919, que a Sesp teve sua grande realização. Neles, eram publicadas as conferências realizadas pelos associados junto com artigos, todos sempre dando continuidade ao tema da Eugenia usando-a como base para as propostas de intervenção na sociedade brasileira. Suas atividades se encerram em 1920, com a morte de Arnaldo Vieira de Carvalho (presidente) e com a mudança de Renato Kehl para o Rio de Janeiro. (DIWAN, 2007)

Embora tenha tido uma vida curta, essa instituição marca a adoção do ideário de melhoramento da raça para a construção da sociedade brasileira, ideário esse que mobilizou os médicos e psiquiatras por um bom tempo. A Eugenia apontava a possibilidade de melhoria da sociedade combatendo o problema visto como principal – a miscigenação.

A LIGA BRASILEIRA DE HYGIENE MENTAL

A Liga Brasileira de Hygiene Mental (LBHM) foi fundada em 1922 por Gustavo Riedel com a intenção de aperfeiçoar a assistência e os cuidados oferecidos aos doentes mentais. Faziam parte dela psiquiatras e intelectuais no geral, como médicos, educadores e juristas, e também empresários e políticos brasileiros. Além de sua própria revista, denominada “Arquivos Brasileiros de Hygiene Mental”, a Liga possuía uma variedade de meios de divulgação de seus postulados como pronunciamentos radiofônicos, palestras e folhetos de propaganda. (REIS, 1994)

Como pretendia oferecer serviços à população, a prática da Liga também foi abrangente incluindo abertura de consultório gratuito de psicanálise, montagem de laboratórios de psicologia aplicada, ambulatórios, aplicação de testes psicológicos em escolas públicas e fábricas e até contratos com a prefeitura para assistência psiquiátrica, entre outros. (REIS, 1994). Essa ampla atuação na sociedade vem de

seus objetivos que são, de acordo com os “Estatutos da Liga Brasileira de Hygiene Mental”, apresentados na revista “Arquivos Brasileiros de Hygiene Mental”:

- a) prevenção das doenças nervosas e mentaes pela observancia dos principios da hygiene geral e especial do systema nervoso;
- b) proteção e amparo no meio social aos egressos dos manicomios e aos deficientes mentaes passíveis de internação;
- c) melhoria progressiva nos meios de assistir e tratar os doentes nervosos e mentaes em asylos publicos, particulares ou fora delles;
- d) realização de um programa de Hygiene Mental e de Eugenetica no dominio das actividades individual, escolar, profissional e social. (p. 223, 1925).

Tais objetivos expressam o caráter interventivo que a Liga se propôs a exercer não só na melhoria da assistência aos doentes mentais mas com sua atenção voltada também para fora dos “manicomios”, com a utilização de um programa de higiene mental nas atividades “individual, escolar, profissional e social” como apontado no item “d” acima, ou seja, na população brasileira em geral.

A aproximação da Liga com os preceitos eugenistas fica bem esclarecida no editorial de “Archivos Brasileiros de Hygiene Mental”, publicada em outubro de 1929:

Os “Archivos”, como órgão official da Liga Brasileira de Hygiene Mental, têm uma grande e nobre missão a realizar: órgão de doutrina e de combate, elles se propõem a abrir, em nosso meio, a senda por onde possam enveredar, crescer e fructificar is ideaes de hygiene mental e eugenia, que consubstanciam o programma d’aquella Instituição. (Caldas, 1929, p.1)

Para Jurandir Freire Costa (2006), a Eugenia foi a base científica que deu à LBHM a justificativa para expandir seu campo de ação ao âmbito social, através da higiene mental, com uma prática de intervenção mais preventiva, de modo que seu alvo passou então “(...) a ser o indivíduo normal e não o doente. O que interessava era prevenção e não a cura.” (Costa, 2006, p. 41). Desse modo, o programa de higiene mental promovida pela Liga era dirigido principalmente aos pobres e considerados criminalmente insanos de onde viriam as patologias como crime, delinquência e prostituição.

Para Jurandir (Costa, 2006) essa justificativa biológica para problemas de ordem tanto psiquiátrica quanto política, moral, etc., atingiu na LBHM um caráter dogmático, e é esse caráter que mostra que o biologismo da Liga vem das aspirações dos próprios psiquiatras; para ele, o biologismo eugênico implantou-se no pensamento psiquiátrico da instituição por estar em conformidade com os

preconceitos da época. O problema, para o autor, está no fato de o pensamento eugênico aproveitar-se parcialmente da Biologia apenas para fundamentar e legitimar seus preconceitos, de modo que seu caráter era mais ideológico do que científico. Assim:

Em resumo, a História da Psiquiatria brasileira criou uma atmosfera psiquiátrica saturada de conotações ideológicas. A LBHM herdou esse tipo de pensamento, reforçando-o e desenvolvendo-o, graças à incapacidade que tiveram seus psiquiatras em discriminar aquilo que nas suas teorias era determinado pelos preconceitos da cultura. (Costa, 2006, p.37).

EUGENIA E EDUCAÇÃO

Outra esfera também influenciada pelas ideias de Eugenia foi a educação, é o que aponta Rocha (2011). De acordo com ela, no *Boletim de Eugenia* (que tinha o intuito de divulgar as ideias sobre Eugenia) encontra-se medidas voltadas para a educação a partir da Eugenia positiva, procurando favorecer o nascimento de seres considerados “eugênicos”.

De acordo com Renato Kehl, as características herdadas pelo sujeito eram mais decisivas do que o meio em que habita, assim, afirmava que se deveria pensar antes no educando do que na educação. Kehl defendia a ideia de que os indivíduos deveriam ser educados conforme seus próprios atributos, uma vez que quanto às características hereditárias, a educação possuía suas limitações. Desse modo, a educação deveria servir ao intuito de revelar as boas características do indivíduo e fazer aflorar e aprimorar as qualidades e aptidões que ainda não foram descobertas ou exploradas. (ROCHA, 2011). Kehl afirmou:

Não é por simples meios legais e educativos e nem sempre por processos correctivos, que se obtem typos fortes, belos e moralizados de homem, mas sim pelos fructos de uniões matrimoniaes entre individuos sadios, portadores, portanto, de sementes eugenizadas e em seguida pela protecção pré-natal dos mesmos¹⁸. A humanidade se compõe de tres espécies de gente: gente innata intrinsecamente humana, gente domesticável ou gente doente ou indomável, esta ultima intangível a todos os processos e esforços educativos. (...) eis por que, a educação esbarra, impotente, em muitos casos, não conseguindo domesticar um indocil, cuja constituição é resultante de um processo hereditário irremovível. (1929, p.2 apud ROCHA, 2011, p. 167)

Assim, Rocha (2011) aponta que, de acordo com os autores que escreveram para o Boletim de Eugenia, já que as características do indivíduo consideradas positivas não poderiam ser alteradas – uma vez que elas nascem ou não com o indivíduo – através da educação, deveria-se formar e desenvolver uma chamada “consciência eugênica”. Com o ensino da Genética, a “sciencia-mater” da Eugenia, os jovens deveriam conscientizar-se a respeito do matrimônio que não deveria ser mantido com raças e classes sociais diferentes (ou inferiores).

Um dos objetivos dos eugenistas, principalmente os ligados a Comissão Central Brasileira de Eugenia era difundir a eugenia e ganhar credibilidade política frente ao governo. Octavio Domingues acreditava que através do conhecimento dos princípios da hereditariedade e de sua divulgação bem como das recomendações eugênicas, que deveriam estar presentes em todas as etapas do processo educacional seria possível formar uma “consciência eugênica” no país. Através da educação, haveria a possibilidade de um controle de heranças, o que facilitaria o surgimento de boas heranças. (ROCHA, 2011, p. 168).

A partir dos trechos do Boletim a seguir, fica-se clara a relação pretendida entre Eugenia e Educação que, vale ressaltar, foi defendida não só por Kehl, mas por vários outros contribuintes do Boletim:

B1: O ensino será desenvolvido com o elevado proposito de despertar no espirito dos discentes o respeito de si próprio e dos semelhantes, tendo sempre em vista a implantação do grande ideal da regeneração moral e physica do homem (KEHL, 1929).

B2: A educação eugênica é imprescindível para o progresso biologico, moral e social dos homens, devendo figurar, obrigatoriamente, no programma dos cursos gymnasiais e normaes, como matéria á parte ou, não sendo possível, como parte da historia natural ou da hygiene (KEHL, 1929).

B3: Nunca se acentuará com bastante força que qualidades adquiridas, indubitavelmente de grande importância para o indivíduo, não são transmittidas por herança (KEHL, 1930).

B5: Não é por simples meios legaes e educativos e nem sempre por processos correctivos, que se obtem typos fortes, belos e moralizados de homem, mas sim pelos fructos de uniões matrimoniaes entre indivíduos sadios, portadores, portanto, de sementes eugenizadas e em seguida pela protecção pré-natal dos mesmos (KEHL, 1930).

Schneider e Meghioratti (2012) também analisaram tal relação, apontando que, direta ou indiretamente, as ações educativas da época estariam associadas aos ideários eugenistas; foi o ideal de formação eugênica que deu uma proposta moral e de melhorias no condicionamento físico às reformas educativas criadas naquele período. As autoras ressaltam que a obrigatoriedade da Educação

Física, presente na Constituição de 1927, outorgada por Getúlio Vargas, é um dos exemplos de ações educacionais pautadas pelos preceitos eugênicos. Em tal Constituição lê-se:

A Educação Física, o ensino físico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência.” (BRASIL, 1937, apud SCHNEIDER E MEGLHIORATTI, 2012, p.10).

As autoras observam que, como as características inatas dos indivíduos os denunciavam como “disgênicos” ou “eugênicos”, as ações educativas não possibilitariam um melhoramento do indivíduo em si, mas eram necessárias na conscientização sobre o “perigo” da miscigenação. Além disso, priorizava-se a educação dos indivíduos ditos eugênicos que já traziam hereditariamente um potencial de diversas habilidades comuns a sua linhagem. Assim, apontam Schneider e Meglhioratti (2012) que a obrigatoriedade da Educação Física foi um meio de atingir um ideal político que, através de atividades físicas ensinadas e praticadas na escola, tinha como objetivo um condicionamento moral e disciplinador.

Tendo em vista as constatações acima e como já mencionado antes, os eugenistas brasileiros tiveram ampla influência em diversos âmbitos da sociedade, entre eles o projeto educacional que se teve para a nação. Sendo identificada em várias propostas e medidas – como a obrigatoriedade da Educação Física nas escolas – a Eugenia aparece também no plano educacional que pretendia-se desenvolver em busca de uma nação bem desenvolvida e saudável. O fato de os preceitos eugênicos estarem presentes no modo como educava-se os alunos brasileiros facilita no objetivo do trabalho de buscar compreender como a Eugenia impregnou-se no imaginário social brasileiro.

EUGENIA E RACISMO NO IMAGINÁRIO SOCIAL BRASILEIRO

Para uma melhor demonstração da consolidação dos preceitos eugênicos no imaginário social, foram analisadas matérias jornalísticas que expressam ações pautadas pelos preceitos eugênicos. De acordo com Kreniski e Aguiar (2011), as matérias jornalísticas são uma fonte rica para análise e

conhecimento do conjunto de pensamentos que fundamentavam as práticas e costumes de determinado contexto e época.

(...) a utilização da imprensa escrita como fonte de estudo através da divulgação e análise do seu discurso se tornou essencial para a compreensão das representações do pensamento e dos imaginários de determinadas épocas. (...) O historiador foi em busca de novas fontes que propiciem não o estudo de um fato isolado um feito, mas sim agora um estudo de uma classe social suas ansiedades seus ideais. A melhor maneira de estudar o comportamento de uma sociedade e suas mudanças é indo em busca de periódicos de época onde estão representados todos os movimentos sociais. (KRENISKI; AGUIAR, 2011)

Assim, sendo a imprensa uma fonte rica e diversificada de conhecimentos – este foi o meio de comunicação mais utilizado para disseminar os costumes e ideias da sociedade durante o século XIX – o estudo da mesma mostra-se como elemento fundamental para a reconstrução da história propiciando uma aproximação com os diversos âmbitos – político, social, econômico, cultural e ideológico – que compõem uma sociedade. (KRENISKI; AGUIAR, 2011).

Em sua dissertação de mestrado, a autora Isabel Cristina Clavelin da Rosa (2011) busca por analisar os caminhos do Jornalismo no Brasil e sua relação com o debate racial. A mesma também atenta-se para a existência de uma vertente científica racista – as ideias de Eugenia e saneamento social – que ajudou a firmar a supremacia branca visando a marginalização dos negros e colocando-os em posições de inferioridade dentro da sociedade.

Começando a analisar desde o início do Jornalismo no Brasil, Rosa (2011) afirma que a imprensa surge em terras brasileiras em 1808 com a chegada da família real portuguesa e, não isenta do controle hegemônico exercido pelas elites brancas – representada pelos senhores escravocratas – já surge atrelada ao racismo, de modo que os interesses dos escravistas condicionavam o debate racial. De acordo com Nelson Werneck Sodré, citado por Rosa (2011):

Na expansão colonialista, cujo auge aconteceu nos séculos XVIII e XIX, os meios de comunicação então existentes convenceram os povos mais do que pela coação, de que não tinham outra saída: eram colonizados por uma espécie de fatalidade. Daí, nessa fase histórica, preconceitos de duração secular: o preconceito de raça demonstrava aos africanos que eles estavam predestinados, como raça “inferior”, no caso dos negros, a trabalhar para os senhores (...) (apud, ROSA, 2011, p. 47).

Verifica-se, portanto, que os meios de comunicação serviram como disseminação do preconceito e ajudou a consolidar um imaginário social que inferiorizava os negros com justificativa em uma “predestinação”.

Como sabido e mais aprofundado por vários cientistas sociais que se debruçaram sobre a história socioeconômica do Brasil, a abolição da escravidão, embora possa parecer um grande feito a favor dos escravos, veio na verdade seguida por complicações para estes que, uma vez legalmente libertos, encontraram obstáculos para estabelecerem-se como cidadãos na nova sociedade ex-colonial. Assim, Rosa (2011) destaca que a abolição da escravidão veio acompanhada da marginalização e estigmatização dos ex-escravos, descendentes de africanos, de modo a deixar intacta as estruturas arcaicas e satisfazendo o ideal de branqueamento das elites. Conforme Nascimento (2002, p. 73-74):

Após a abolição formal da escravidão a 13 de maio de 1888, o africano escravizado adquiriu a condição legal de ‘cidadão’; paradoxalmente, no mesmo instante ele se tornou o negro indesejável, agredido por todos os lados, excluído da sociedade, marginalizado no mercado de trabalho, destituído da própria existência humana. (...) Na verdade, aboliram qualquer responsabilidade dos senhores para com a massa escrava; uma perfeita transação realizada por brancos, pelos brancos e para benefício dos brancos. (apud, ROSA, p. 52)

A análise histórico-social do Brasil permite-nos perceber como essa estrutura social de marginalização do negro e descendentes de ex-escravos manteve-se em toda a história brasileira e segue consolidada até hoje no imaginário social da nação. A estigmatização de qualquer expressão de negritude, seja ela de seus atributos físicos, de seus aspectos religiosos, costumes, música, etc., marca a história dos negros e de sua sólida luta contra o preconceito racial.

A situação é ainda pior quando trata-se das mulheres negras, como destacam Carolina Dantas e Adriano Florencio (2018). Tratando principalmente sobre o espaço ocupado pelas mulheres afrodescendentes dentro do mercado midiático – observando como exemplo os canais televisivos de Pernambuco – os autores destacam a necessidade de tal discussão visto a não inserção das mulheres negras na mídia televisiva e suas representações – geralmente pejorativas – de modo a perpetuar a estrutura racista da sociedade. A isso, os autores chamam de “racismo institucional midiático”.

Dentro desse contexto de invisibilidade e discriminação sofrida pelos afrodescendentes, observando-se com mais atenção, a questão da representação do negro na TV toma formas mais drásticas quando estão em foco as mulheres afrodescendentes. Segundo Boakari (2010, p. 1):

Neste mundo, as mulheres afrodescendentes constituem o grupo mais marginalizado e explorado. Como no período da escravidão, elas ainda têm que enfrentar as consequências de sua desumanização racial, discriminação social, exploração sexual e inferiorização por causa de questões de gênero. Contudo, é difícil remover as marcas da política racista que ganhou força a partir de 1890, com a formulação da teoria Eugenista, onde o branco é tido como ser “superior”, “inteligente” e “belo” e o negro como seu oposto. (apud DANTAS; FLORENCIO, 2018)

Assim, como destaca Dantas e Florencio (2018), por muito tempo as pessoas negras pouco ou quase não apareciam nos diversos veículos midiáticos existentes e essa baixa representatividade nas mídias reforça o estigma e inferiorização da negritude na sociedade brasileira. Desse modo, além de não serem devidamente representados ali, os negros e negras são confrontados com um padrão branco disseminado e que deve ser seguido se quiserem se “encaixar” na sociedade. A análise, portanto, desmascara uma sociedade que alega-se receptiva e isenta do preconceito racial mas que trás em seu âmago uma estrutura racista com várias ferramentas que ajudam a perpetuar tal estrutura. Assim:

São diversos os estudos e pesquisas que defendiam e sustentavam que os fatos racistas no Brasil eram brandos ou inexistentes, porém se analisadas com atenção, as representações midiáticas nos mostram que não há democracia racial no Brasil, pois, o branco é sempre a figura dominante, o galã, o herói, sendo o negro seu subserviente, que se insere na sociedade através da assimilação dos hábitos e da cultura do branco. (DANTAS; FLORENCIO, 2018).

Sobre essa discussão, vale citar o trabalho de Grijó e Souza (2012) que pesquisou sobre a representação dos negros nas telenovelas da TV Globo – que tem sua produção difundida também no exterior – na década de 2000 buscando refletir sobre os avanços e a manutenção dos estereótipos com relação aos negros realizada pela televisão brasileira. Para justificar análise das telenovelas, os autores afirmam que:

Um estudo sobre a representação que a televisão faz grupos sociais subalternos é fundamental para o fortalecimento da produção de conhecimento sobre o campo da comunicação, uma vez que, conforme Kellner (2001), a chamada cultura da mídia oferece a base sobre a qual as pessoas constroem seu senso de classe, de raça e etnia, de nacionalidade, de sexualidade; enfim, nos ajuda na construção de nossa identidade e na determinação do que seja o “outro”, o diferente do que somos. (GRIJÓ; SOUZA, 2012, p. 186)

Assim, fica explícita a influência dos programas midiáticos – no caso estudado, as telenovelas – na construção e concepção de identidades tanto do “outro” quanto de si mesmo. De acordo com Grijó e Souza (2012) as narrativas da TV ajudaram a criar uma imagem de um Brasil que convive harmonicamente com as diferenças culturais e de raça existentes em um território tão extenso. Assim sendo, dada sua importância e presença nos lares brasileiros, as telenovelas tiveram parte ativa na construção da realidade brasileira mas não mostrando sua verdadeira realidade. Os autores mencionam o trabalho de Araújo (2004) que, analisando a obra “A negação do Brasil”, aponta para a persistência de um ideal de branqueamento e política eugenista.

Foi a partir de 1990 que procurou-se retratar uma diferente imagem do Brasil na ficção, com os autores buscando retratar os negros e negras como pertencentes à classe média naquele momento em ascensão no país. (GRIJÓ; SOUZA, 2012)

A partir de um breve panorama do modo como se deu essa representatividade em quatro décadas, é inegável que houveram-se avanços no modo como a negritude era retratada, mas que ainda assim podem ser considerados pequenos diante da realidade tão etnicamente diversificada da sociedade brasileira. Predominavam nas narrativas um ideal de identidade branca com a supervalorização de traços da branquitude no padrão de beleza a ser seguido. Essa questão ainda é cara e presente nas produções de telenovelas brasileiras que ainda passam uma falsa visão e consenso a respeito de uma democracia racial brasileira. (GRIJÓ; SOUZA, 2012).

Da análise das telenovelas feitas por Grijó e Souza (2012), os autores destacam os fatos de que: as novelas com poucos negros e negras em suas narrativas eram exibidas nos horários das 18h e 19h que geralmente tem tramas

mais leves e bem humoradas, sem a preocupação de uma fidedigna retratação da realidade; dos papéis interpretados por negros e negras, a maioria exercia funções de menos prestígio na sociedade como empregada doméstica, vendedor ambulante, escravo, etc.; embora a presença da negritude tenha aumentado nas narrativas de TV, ela ainda assumia papéis secundários e por vezes até descartáveis.

A partir das 53 telenovelas pesquisadas, os autores concluíram que a presença de atores e atrizes negras e negros continua escassa ao comparar-se com a realidade e que ainda permaneceram com papéis de pequenos destaque e relevância, salvo algumas poucas exceções, e que, mesmo quando ganham papel de destaque, afirma-se uma democracia racial e harmonização das questões etno-raciais – que sabemos ser falsa. (GRIJÓ; SOUZA, 2012). Assim, concluem os autores:

Evidentemente que ainda permanecemos num contexto de racismo midiático, sendo que as telenovelas estudadas aqui refletem um racismo velado, mesmo com os avanços já destacados aqui. O negro saiu da cozinha e da favela, virou patrão, médico, modelo, entretanto foi apenas uma minoria, pois em grande parte das telenovelas ainda continuou em papéis de empregados, favelados, bandidos, malandros etc. O imaginário de sensualidade e de erotismo exacerbado também ainda permeou essas representações. (GRIJÓ; SOUZA, 2012, p. 202-03)

O RACISMO CONTRA AS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA²

Dentre as diversas práticas de preconceito racial, está a perseguição contra os praticantes de religiões de matriz africanas e a demonização dessas religiões. Acompanhada de etnocentrismo e racismo, uma das principais causas de perseguição das minorias no mundo tem sido a intolerância religiosa. Abrangendo ações como a demonização das divindades cultuadas, agressões físicas e verbais, atentados aos núcleos e templos, etc., a intolerância contra as religiões afro está

² De acordo com Rocha (2011, p.1, apud FERNANDES, 2017, p. 118), o termo religiões de matriz africana é utilizada para designar religiões praticada pelos negros no Brasil

ligada à antiga estrutura colonial que buscava por evangelizar os indígenas e africanos escravizados. (FERNANDES, 2017)

De acordo com Silveira (2006, apud FERNANDES, 2017, p. 119), foi no período escravocrata que surgiram as repressões às religiões de matriz africana, com a dominação da Igreja Católica que entendia como contravenção penal qualquer outra manifestação religiosa. Já batizados no porto de onde partia ou quando chegava em terras brasileiras, considerados como objetos de posse e indignos de humanidade, era negada aos africanos escravizados a possibilidade de terem sua própria crença.

Consideradas como manifestações de magia ou feitiçaria, essas práticas eram perseguidas pela Igreja e pelas autoridades e eram passíveis de punição. Chamada de “curandeirismo”, “feiticaria”, “espiritismo”, e “baixo espiritismo”, a religiosidade africana gerava um misto de admiração e terror encarnado nas figuras das “feiticeiras” e “curandeiras”. (FERNANDES, 2017)

A partir desse sentimento, foram instaurados pelo Estado, medidas legais de combate às praticas de “feitiçaria”. A partir da República, as práticas de religiões afro-brasileiras foram incluídas no Código Penal de 1890 nos artigos que tratam sobre a prática ilegal da medicina, magia e proibição do curandeirismo, são eles: 156, 157, 158. (MAGGIE, 1992, p. 43, apud, FERNANDES, 2017). No correr da história, no século XX, foram instauradas várias ações de controle institucional a tais costumes:

(...) organizam-se as Delegacias de Jogos e Costumes que passam a exigir registro, alvará e licença para a existência legal dos centros. Em 1941, dando continuidade à criminalização, o chefe de polícia passa a exigir, além do registro na delegacia distrital e na especializada, registros na Delegacia Especial de Segurança Pública e na Delegacia Geral de Informações, para obter os antecedentes políticos, sociais e criminais de seus componentes (op. cit., p. 46). Em 1942, é aprovado um novo Código Penal, os artigos que tratam do assunto são: 282, 283, 284 – crimes contra a saúde pública, charlatanismo e curandeirismo. (FERNANDES, 2017, p. 120)

Como aponta Fernandes (2017), é neste ponto que começa a ser feita uma distinção entre as práticas mediúnicas que seriam aceitas ou não. Alguns tipos de espiritismo foram aceitos mas os de matriz africanas continuaram a ser associados ao mal e criminalizados – e são até hoje. A autora cita trechos de uma pesquisa da autora Yvonne Maggie, apontado a relação entre os dados coletados por Maggie e manifestações de racismo. Portanto,

(...) fica claro que é a ligação com os costumes africanos o mais condenável da prática criminalizada: “Dizendo-se do rito africano, os acusados talvez queiram dizer que eram puros, alegar a sua pertença à legítima tradição dos orixás (...) no Rio, os sinais da africanidade eram justamente aqueles que deslegitimavam” (op. cit., p. 128). Em mais um achado de pesquisa, a acadêmica relata que os peritos começam a estabelecer distinções hierarquizadas dos rituais, adjetivando-os como alto e baixo espiritismo, magia branca e negra, etc. (op. cit., p. 158). Esses achados demonstram a associação clara dos cultos africanos ao mal, da figura da religião negra ao menos evoluído, ao engano e ao charlatanismo. (FERNANDES, 2017, p. 121).

Fernandes (2017) aponta que a criminalização das religiões de matrizes africanas continuou no século XX – foi só em 1976 que foi revogada a obrigatoriedade de registro nas Delegacias de Jogos e Costumes – mas que casos de discriminação e intolerância seguem sendo registrados e reportados até hoje. A autora cita a pesquisa de Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) de 2011 a 2015 para apontar dados sobre a condição dos casos de intolerância religiosa. Assim, ela observa que:

Em uma de suas conclusões, a pesquisa aponta que os fiéis das religiões de matriz africana são os que mais sofrem discriminação religiosa. (SDH-PR, 2016).

Segundo os dados do Disque Direitos Humanos, o Disque 100, da SDH, período de 2011 a 2014, calcula-se que das denúncias identificadas com a religião atacada, 35% são denúncias de discriminação contra religiões de matriz africana (EBC, 2015, on-line). Ainda sobre esses dados, a população negra é mais vitimada. Entre as 345 vítimas que declararam a cor, 210 são pretas ou pardas. O número representa 35,2% do total de vítimas e 60,8% do total de vítimas que declararam a cor de pele (EBC, 2015, on-line). (FERNANDES, 2017, p. 122)

A CRIMINALIZAÇÃO DE RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA REPORTADA

A discussão teórica feita até então mostra como a Eugenia permitiu que se continuasse justificando a estrutura racista e a marginalização dos negros iniciadas desde o período colonial e amparadas por ações institucionais brasileiras por muito tempo. Para exemplificação, foram analisadas três matérias do jornal “Diário da Manhã”, da cidade de Ribeirão Preto. As matérias tratam sobre uma ação policial ofensiva contra manifestações religiosas e crenças não hegemônicas, a

saber: “macumbeiros, curandeiros, chiromantes, pythonisas, etc”. Celebrando tal ação policial, fica perceptível em tais matérias um caráter ofensivo contra os denunciados baseado, como nota-se, em um pensamento tipicamente eugênico. Na primeira matéria analisada, do dia 21 de Julho de 1936, lê-se:

Felizmente, não só para nós, como, também, para todos aqueles que, de sua consciência, apoiaram a iniciativa do apelo por nós feito – hontem mesmo o dr. Raymundo Moreira da Cunha tomou as providências exigidas pelo caso, fazendo chamar à delegacia alguns conhecidos praticantes de macumbas e curandeirismos e avisando os de que a policia local irá agir no sentido de sanear a cidade, exterminando, de uma vez por todas, a praga da magia negra. (MACUMBEIROS..., 1936)

Atenta-se aqui para a caracterização da “magia negra” como “praga”. O trecho mostra o tratamento de extermínio e demonização direcionado às expressões das religiões de matrizes africanas – as “macumbas”. Em seguida, o jornal transcreve uma portaria baixada pelo delegado, sendo esta:

Ribeirão Preto, 16 de julho de 1936 – Recommendo aos Inspectores de Segurança e mais funcionarios a serviço desta Delegacia, que observem rigorosamente o seguinte despacho do exmo. senhor doutor secretario da Segurança Publica: - a) que se mantenha rigorosa fiscalização policial em torno das sociedades espiritas; b) – que o registro dessas sociedades continue sendo feito pela policia, de acordo com o processo usual, mas em carater facultativo e suprimido o alvará de funcionamento (...). (MACUMBEIROS..., 1936)

Explicita-se, assim, o funcionamento de organizações sociais– no caso, o da delegacia de policia – que se basearam em preceitos eugênicos na busca por uma sociedade “limpa” e livre dos males que ameaçavam seu bom funcionamento – no caso, as “macumbas” e “magia negra” - com seu “programma de moralização dos costumes” (MACUMBEIROS..., 1936).

Ainda sobre a ação da polícia, outra edição do jornal, de três dias depois (24 de Julho de 1936), afirma: “As cartomantes, as chiromantes e, principalmente os curandeiros a serviço de falsa-caridade também serão concentrados na Cadeia Publica assim se execute o plano offensivo da policia. (...)” (MACUMBEIROS..., 1936)

O preceito de saneamento da Eugenia fica mais explícito ainda em outra edição, do dia 28 de Julho de 1936: “Sanear! Sanear a cidade de todos os

seus pssimos elementos, é a ordem do momento” (MACUMBEIROS..., 1936).

Outros trechos que representam esse ideário são:

Felizmente, porem, dentro em breve Ribeirão Preto estará livre dessa podridão, desse cancer que lhe deslustra os foros de cidade civilizada e progressista; a energica e efficiente campanha que vem sendo feita pelo dr. Raymundo Moreira da Cunha nos promette isso. (MACUMBEIROS..., 1936)

Aliás, estes, mais que aqueles, são merecedores das penalidades impostas pela lei e do desprezo e asco da população, por constituírem um entrave á obra de saneamento da cidade. Sanear, é a ordem. E esta deverá ser cumprida com rigor, sem contemplações. (MACUMBEIROS..., 1936).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tentativa de compreender como o preconceito racial pode se perpetuar na sociedade brasileira de modo a deixar grandes rastros visíveis até hoje, apontar e analisar as premissas eugenistas e sanitaristas largamente difundidas no Brasil é imprescindível.

Foi mostrado, no decorrer do trabalho, como a Eugenia e as ideias de higiene social e mental foram utilizadas, no Brasil, como uma ferramenta supostamente científica de manutenção de uma sociedade seguindo a ordem da elite mantendo assim a supremacia branca. A partir do sistema colonial, a subjugação e marginalização dos negros e negras no Brasil foi assumindo diferentes formas ao longo dos anos buscando manter sua marginalização através da estigmatização.

Divulgados não só entre o meio científico mas em outros âmbitos da sociedade, os ideais eugênicos adquiriram, aqui, o caráter sanitário de limpeza social e racial. Num contexto de preocupação com o desenvolvimento da nação marcada pela pobreza e por enorme quantidade de pessoas vivendo em condições precárias de saúde e higiene, a Eugenia mostrou-se como a ferramenta que possibilitaria uma sociedade bem desenvolvida e saudável e livre de todos os “males” vistos como obstáculos, entre eles a miscigenação.

Os preceitos eugênicos influenciaram e pautaram ações de diversas instituições sociais. A revisão bibliográfica, permitiu explicitar essa influência na Educação, na Medicina e na Psiquiatria. A análise de matérias do jornal “Diário da Manhã” exemplificou essa influência nas ações da polícia de Ribeirão Preto contra as religiões de matriz africana e crenças não-hegemônicas.

Com a dominação da Igreja Católica no período colonial já iniciou-se a perseguição contra as crenças dos africanos para cá trazidos para o trabalho escravo, logo no porto de onde saíam ou ao chegarem aqui já eram batizados e proibidas as expressões de sua própria religiosidade. A intolerância religiosa surgida aí também perpetuou na sociedade brasileira e até hoje são vários os casos relatados de violência contra os núcleos de religiões de matriz africana e contra seus praticantes. Suas divindades são constantemente demonizadas e sua religiosidade desqualificada.

Foi mostrada também o papel da mídia na manutenção dessa estrutura racista. Quando são representados – há um tempo começou-se a questionar a falta dessa

representatividade na mídia – aparecem ou em papéis de menos prestígio na sociedade ou seguindo um padrão estético branco.

Embora as práticas eugênicas difundidas na época – como a recomendação de exigência de exames pré-nupciais, controle de políticas migratórias para evitar a miscigenação, discussão da segregação e esterilização dos doentes mentais e dos outros considerados degenerados – tenham hoje sido superadas e retiradas dos objetivos das instituições sociais, suas marcas são perceptíveis no funcionamento da sociedade. Compreender sua origem possibilita identificar e questionar as atuais ações que dali tenham resultado.

Meu interesse pessoal pelo tema surgiu a partir do questionamento do atual relacionamento das sociedades – não só brasileira, mas mundial – com todas as diferenças que formam os indivíduos. A partir de leituras, percebo o quanto ainda está em curso a busca por uma ordem social que nega e tenta esconder tudo aquilo que não se encaixa ou que não pode ser padronizado.

Ao discorrer sobre a experiência da relação da sociedade com a ambivalência – aquilo a que pode ser atribuídos dois significados, ou isto ou aquilo – Bauman (1999) afirma a existência de um projeto de normalização e padronização da conduta moral que se edificou (quase) completamente nos padrões sociais de modo que aspectos de qualquer modo desviantes são demonizados, excluídos, negados.

Com o passar do tempo e com leituras, percebo cada vez mais que aquilo que incomoda, que desconforta, tem grande energia transformadora quando bem utilizada. Os padrões foram – e são – construídos em nome da norma e da certeza, da busca por manter longe as transformações que trazem um desconhecido que assusta. O desconhecido, é ainda indefinível e incerto e, assim, escreveu Bauman:

Os indefiníveis são todos nem uma coisa nem outra, o que equivale a dizer que eles militam contra uma coisa ou outra. Sua subdeterminação é a sua força: porque nada são, podem ser tudo. Eles põem fim ao poder ordenador da oposição e, assim, ao poder ordenador dos narradores da oposição. As oposições possibilitam o conhecimento e a ação: as indefinições os paralisam. Os indefiníveis expõem brutalmente o artifício, a fragilidade, a impostura da separação mais vital. Eles colocam o exterior dentro e envenenam o conforto da ordem com a suspeita do caos. (BAUMAN; 1999, p. 65)

Todos os movimentos que buscam bater de frente ordem estabelecida e questionar suas injustiças – a saber, os movimentos sociais, a ciência, a literatura, a fotografia, cinema, etc. – são, para mim, fontes de grande interesse. Acredito que é lutando contra a correnteza que se encontra um novo caminho, talvez mais justo e mais humano.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

CALDAS, Mirandolino. Os Archivos Brasileiros de Hygiene Mental. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro, ano 2 , n. 1, p.1-2, out. 1929. Editorial. Disponível em: <<http://old.ppi.uem.br/gephe/ABHM/ABHMAno2N1Out1929.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2019

CAMPOS, Ana Cristina. População brasileira é formada basicamente de pardos e brancos, mostra IBGE. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-11/populacao-brasileira-e-formada-basicamente-de-pardos-e-brancos-mostra-ibge>>. Acesso em: 30 jun. 2019

COSTA, Jurandir Freire. História da Psiquiatria no Brasil: **Um Corte Ideológico**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

DANTAS, Carolina; FLORENCIO, Adriano. Racismo institucional em pauta: A representação das mulheres afrodescendentes na mídia televisiva pernambucana. 2018. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-0879-1.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2019

DIWAN, Pietra. **RAÇA PURA**: uma historia da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Editora Contexto, 2007

FERNANDES, Nathalia Vince Esgalha. **A RAIZ DO PENSAMENTO COLONIAL NA INTOLERÂNCIA RELIGIOSA CONTRA RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA**. **Calundu**, Brasília, v. 1, n. 1, p.117-136, jan-jun. 2017. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/revistacalundu>>. Acesso em: 30 jun. 2019

GIOPPPO, Christiane. **Eugenia: a higiene como estratégia de segregação. Educar em Revista**, Curitiba, v. 12, n. 12, p.167-180, dez. 1996. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/36032>>. Acesso em: 09 jun. 2019.

GRIJÓ, Wesley Pereira; SOUSA, Adam Henrique Freire. O negro na telenovela brasileira: a atualidade das representações. *Estudos em Comunicação*, [s. L.], n. 11, p.185-204, maio 2012.

KRENISKI, Gislania Carla P.; AGUIAR, Maria do Carmo Pinto. O JORNAL COMO FONTE HISTÓRICA: A REPRESENTAÇÃO E O IMAGINÁRIO SOBRE O “VAGABUNDO” NA IMPRENSA BRASILEIRA (1989-1991). 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300663138_ARQUIVO_artigovagabundos-1.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2019

MACUMBEIROS, curandeiros & Cia. **Diario da Manhã**, Ribeirão Preto, 21 jul. 1936.

MACUMBEIROS, curandeiros & Cia. **Diario da Manhã**, Ribeirão Preto, 24 jul. 1936.

MACUMBEIROS, curandeiros & Cia. **Diario da Manhã**, Ribeirão Preto, 28 jul. 1936.

Mai LD, Angerami ELS. **Eugenia negativa e positiva**: significados e contradições. *Rev Latino-am Enfermagem* 2006 março-abril; 14(2):251-8.

REIS, José Roberto Franco. **HIGYENE MENTAL E EUGENIA: O PROJETO DE "REGENERAÇÃO NACIONAL" DA LIGA BRASILEIRA DE HIGIENE MENTAL (1920-30)**. 1994. 353 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de Campinas, Campinas, 1994. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/281180/1/Reis_JoseRobertoFranco_M.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019

ROCHA, Simone. **A educação como ideal eugênico**: o movimento eugenista e o discurso educacional no boletim de eugenia 1929-1922. 2011. Disponível em: <<https://seer.utp.br/index.php/a/article/view/423/393>>. Acesso em: 01 de jul 2019.

ROSA, Isabel Cristina Clavelin da. Racismo em Pauta: A pluralidade confrontada no noticiário da Folha de São Paulo na década de 2000. 2011. 240 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SCHNEIDER, Eduarda Maria; MEGLHIORATTI, Fernanda Aparecida. **A INFLUÊNCIA DO MOVIMENTO EUGÊNICO NA CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA ORGANIZADO DE EDUCAÇÃO PÚBLICA DO BRASIL NA DÉCADA DE 1930**. In: 9 ANPED SUL, 2012, Caxias do Sul. **Proceedings...** .[s. l.]: Ucs, 2012. p. 1 - 12. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/963/59>>. Acesso em: 01 jul. 2019.

STEPAN, NL. **Eugenia no Brasil**, 1917-1940. In: HOCHMAN, G., and ARMUS, D., orgs. Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. História e Saúde collection, pp. 330-391. ISBN 978-85-7541-311- 1. Available from SciELO Books